

**CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA****ATA DE REUNIÃO****Ata da 5ª Plenária do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia****Plenária Ordinária****28 de abril de 2023**

1 Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, às nove horas e dezoito minutos,  
2 iniciou-se a Quinta Plenária Ordinária do Décimo Nono Plenário do Conselho Federal de Psicologia,  
3 realizada de forma híbrida. Participaram de forma presencial: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Ivani  
4 Francisco de Oliveira, Célia Mazza De Souza, Izabel Hazin Pires, Fabiane Rodrigues Fonseca, Juliana de  
5 Barros Guimarães, Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Marina De Pol Poniwas, Neuza Maria de  
6 Fátima Guareschi, Raquel Souza Lobo Guzzo, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Evandro Moraes Peixoto,  
7 Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Roberto Chateaubriand Domingues, Jefferson de Souza Bernardes,  
8 Alessandra Santos de Almeida, Rodrigo Acioli Moura, Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo e Obadeyí  
9 Carolina Saraiva. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho iniciou a reunião saudando as presentes e informou  
10 que o primeiro ponto a ser discutido seria a apresentação parcial do desenvolvimento do Planejamento  
11 Estratégico pela empresa Participar. Na sequência, convidou o Sr. Antônio Nascimento, da empresa  
12 Participar Desenvolvimento e Avaliação de Projetos para apresentar o ponto relativo ao  
13 desenvolvimento do Planejamento Estratégico (2023-2025) do Conselho Federal de Psicologia. Ponto 1.  
14 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CFP - DEVOLUTIVA DA EMPRESA PARTICIPAR, realizada a apresentação,  
15 Antônio Nascimento destacou os passos que foram desenvolvidos até o momento, apresentou a  
16 metodologia da tensão criativa, que foi utilizada durante as oficinas e contextualizou os principais  
17 desafios na elaboração das próximas ações. Na sequência, enfatizou que o avanço histórico no  
18 engajamento da atuação do Conselho Federal de Psicologia ainda não estava refletido na lei da década  
19 de 60 que regulamenta a profissão, por refletir o período em que esta foi discutida. Seguiu destacando o  
20 desafio que foi conduzir esta tarefa, em especial a partir da grande quantidade de deliberações  
21 presentes no caderno do décimo primeiro Congresso Nacional da Psicologia - CNP e também diante da  
22 necessidade de contemplar as propostas presentes na plataforma política da gestão. Ponderou que seria  
23 importante fazer escolhas quanto às ações que serão priorizadas pela gestão diante da necessidade de  
24 equacionar o tempo e a quantidade de ações a serem efetivamente executadas. Passou à discussão dos  
25 pontos de pauta. Destacou a necessidade de o CFP garantir a sensação de bem-estar aos profissionais e à  
26 força de trabalho que atuam nesta autarquia, com intuito de produzir uma prática efetiva que vá além do  
27 discurso que é endereçado ao público externo. Seguiu defendendo a importância de adequação da  
28 infraestrutura às necessidades físicas e tecnológicas, de modo que estas deem conta das demandas da  
29 gestão profissional, bem como o apoio aos Conselhos Regionais nestas mesmas demandas. Na  
30 oportunidade, enfatizou a importância de uma articulação em rede no âmbito do sistema conselhos,  
31 para reforçar a natureza sistêmica dos conselhos de psicologia, e ampliar esta articulação para outros  
32 setores da sociedade civil, bem como à incidência política, enquanto da mudança de paradigma na  
33 mudança dos comportamentos sociais para chamar atenção para a importância da Psicologia para o  
34 Brasil. Em sua apresentação, destacou ainda a importância da Comunicação enquanto estratégia de  
35 incidência social e política. Ressaltou que o ideal teria sido que o Plano Estratégico tivesse sido pensado  
36 no ano anterior e que é um desafio garantir que as ações sejam idealizadas, enquanto uma parte dessas  
37 ações já estão em andamento. Concluiu que era essencial que o Plenário indicasse quais ações deveriam  
38 ser priorizadas, especialmente os objetivos, extraídos dos Cadernos do CNP para fazer com que estes  
39 possam ser sistematizados em relação aos objetivos do Planejamento Estratégico e recomendou que  
40 fossem pensadas as ações que mais produzem impacto para a categoria, a serem delimitadas pelo  
41 Plenário a partir do tempo previsto para execução. Inaugurando a discussão, a Conselheira Célia Mazza  
42 defendeu a importância de releitura minuciosa das deliberações do CNP, bem como das propostas de  
43 campanha, uma vez que, no caso dos cadernos do CNP, apesar de serem muitos objetivos, muitos destes  
44

45 se repetem. Na sequência, reiterou que existem ações que são contínuas e que é importante selecionar  
46 as ações mais relevantes e sugeriu que fosse instalado um Grupo de Trabalho com a finalidade específica  
47 de consolidar as informações presentes na plataforma e no caderno de deliberações do CNP. Sinaliza  
48 que, apesar da grande quantidade de atividades já em andamento, se colocaria à disposição. O  
49 conselheiro Antônio Virgílio Bittencourt Bastos salientou que a plataforma de campanha deveria ser  
50 priorizada, diante dos compromissos que foram assumidos com a categoria, defendeu a importância de  
51 incluir as entidades parceiras e ressalta que sentiu falta de maior indicação quanto aos aspectos  
52 concernentes à formação e à produção de conhecimento. O conselheiro Pedro Paulo Gсталho de Bicalho  
53 sugere que o GT tenha a participação de conselheiras e também de ao menos duas gerências do CFP  
54 para a formulação das ações. Sustenta ainda que sentiu falta de ações, como por exemplo, o  
55 compromisso de fortalecer redes que aparecem tanto na plataforma, quanto nas deliberações do CNP.  
56 Defendeu a proposta de criação do GT. O conselheiro-presidente Pedro Paulo Bicalho também defendeu  
57 a criação do GT e ressaltou a necessidade de inclusão de gerências nesse GT. A conselheira Maria  
58 Carolina Roseiro parabenizou a equipe da Participar pelo trabalho desenvolvido, destacando a  
59 dificuldade deste trabalho, e da importância de dialogar com as diversas formas de pensar que estão  
60 dentro e fora do Plenário. Em seu posicionamento, entende que a tarefa não é apenas a organização do  
61 texto, mas igualmente as distribuições de tarefas e quem ficará responsável pela implementação, quais  
62 serão os parceiros que estarão envolvidos nessas atividades e que apesar da formação ser um termo  
63 importante, entendia que a formação está presente em todos os demais pontos. Seguiu que entende a  
64 produção de conhecimento como algo que não seja estritamente acadêmico e que este planejamento  
65 estratégico contribuirá com esse avanço. Antônio Nascimento destacou que é essencial que a incidência  
66 política e a produção de conhecimento estejam associadas, enfatizando que aprendizagem e os temas  
67 relacionados estão contidos na discussão sobre formação. O conselheiro Rodrigo Acioli defendeu a  
68 importância do GT e o tempo de trabalho do GT, que este precisaria começar a trabalhar logo e em um  
69 tempo mínimo diante do trabalho já em andamento. O conselheiro Antônio Virgílio destacou que existe  
70 um ritmo acelerado de trabalho e que as ações já estão em andamento, o que demanda que sejam  
71 tomadas decisões quanto aos objetivos. O conselheiro Jeferson de Souza Bernardes parabenizou o  
72 trabalho desenvolvido e salientou que não existe nenhum problema em se rediscutir os temas  
73 apresentados e defendeu que a discussão sobre o tema da formação pode ser objeto de trabalho do GT,  
74 e enfatizou que historicamente a relação do CFP com as instituições de ensino sempre foram marcadas  
75 por atritos, mas que entende que há necessidade de estabelecer diálogo com a academia e que pode ser  
76 ajustado no âmbito das ações a serem desenvolvidas no Planejamento Estratégico. O conselheiro Gabriel  
77 Henrique de Figueiredo parabenizou pelo trabalho desenvolvido e enfatizou os avanços que foram  
78 percebidos no decorrer dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas. Concordou com a proposta do GT e se  
79 colocou à disposição, enfatizando a urgência da necessidade de reformulação do texto, pois existem  
80 objetivos estratégicos pautados nas deliberações do CNP que se repetem. E que em relação à discussão  
81 sobre a formação, entende que haverá fortalecimento da pauta da formação se este tema aparecer de  
82 forma transversal em todos os objetivos estratégicos, haverá uma atuação mais fortalecida do CFP.  
83 Encaminhamentos: 1. Foi aprovada a criação de um GT para sistematizar as propostas constantes no  
84 Caderno do CNP e na plataforma da Chapa 21 (Atual gestão do CFP) dentro dos eixos e objetivos  
85 propostos pela Participar constantes do documento apresentado, resultado da primeira rodada do  
86 Planejamento Estratégico. 2. O GT será composto, além da Coordenação-Geral, com as gerências SE,  
87 SOE, GRI, GCOM, GTEC e ASPAR e os conselheiros Célia Mazza, Juliana Guimarães, Gabriel Figueiredo,  
88 Jefferson Bernardes e Virgílio Bittencourt. 3. As propostas não elencadas como prioritárias (nestes dois  
89 materiais) ou repetidas devem permanecer à parte, para fins consultivos e eventuais reavaliações. 4. Foi  
90 dado o prazo, até final de maio, para o GT fazer este primeiro trabalho. 5. Informações a serem  
91 repassadas ao GT: 1. constar na sistematização do planejamento estratégico um eixo que faça referência  
92 à formação; 2. verificar a necessidade de reformulação ou definição de novos eixos ou objetivos  
93 estratégicos para abarcar as ações pertinentes que não coadunam com os eixos ou objetivos pré-  
94 definidos; 3. deixar no máximo 2 objetivos por eixo; 4. o objetivo pode ser repetido em diferentes eixos;  
95 5. considerar, ao avaliar as propostas, os pontos fortes e fracos do CFP. Ponto 2. APRESENTAÇÃO DOS  
96 NOVOS FUNCIONÁRIOS DO CFP, apresentação realizada. Encaminhamentos: Não houve  
97 encaminhamentos. Ponto 3. INFORMES DE DIRETORIA. O conselheiro-presidente Pedro Paulo Bicalho  
98 retomou os trabalhos no turno vespertino e iniciou com a apresentação das principais ações que a  
99 diretoria do CFP encampou nos primeiros meses de gestão do XIX Plenário. Destacou que a cada Plenária  
100 o repasse tem sido feito pela diretoria e que o último ocorreu nos dias 10 e 11 de março de 2023,  
101 durante a Plenária. Informou que nos dias 24 e 25 de março ocorreu a reunião de Presidentes,

102 Secretários e Tesoureiros do sistema conselhos que ocorreu no hotel Brasília Palace. Destaca  
103 adicionalmente que ocorreu reunião de diretoria no dia 01 de abril de 2023, em Roraima, que no dia 14  
104 de abril de 2023 outra reunião de diretoria foi realizada no Uruguai, seguida da última reunião de  
105 diretoria no dia 27 de abril de 2023. Apresentou os pontos que foram trabalhados durante a reunião de  
106 Presidentes, tesoureiros e secretários. Encaminhamentos: A GCOM enviará o “CLIPPING” do CFP para  
107 todos os Conselheiros do XIX Plenário, conforme sua periodicidade. Ponto 4. INFORME SLOG SOBRE  
108 PRAZOS DE EMISSÃO X TCU, informe dado e realizada apresentação sobre prazos inerentes aos fluxos da  
109 SLOG. A supervisora do setor de logística, Verônica Pierre informou que as solicitações logísticas,  
110 especialmente no que concerne à emissão de passagens, precisam levar em consideração, além do prazo  
111 fixado pelo TCU, a tramitação interna. Enfatizou que eventuais atrasos produzem repercussões na  
112 emissão de passagens e na garantia de hospedagens e pagamento de diárias. O conselheiro-presidente  
113 Pedro Paulo Bicalho informou que, a cada solicitação que chega fora do prazo, há necessidade de  
114 registro, de formalização por escrito no processo de solicitação e que sempre há possibilidade das  
115 justificativas apresentadas não serem levadas em consideração pelo TCU. A conselheira Juliana  
116 Guimarães ponderou que o volume de solicitações de confirmação de presença em eventos tem gerado  
117 confusão em relação aos formulários já preenchidos. Informou que seria interessante se cada formulário  
118 pudesse ser encerrado após o respectivo preenchimento, a fim de evitar que um novo preenchimento  
119 pudesse ser feito. Veronica Pierre defendeu que a demanda para organizar os fluxos das solicitações  
120 logísticas exige o desenvolvimento de sistema que intercruze os dados concernentes à cada solicitação. A  
121 conselheira Fabiane Fonseca sugeriu que houvesse um campo nos formulários que já constasse a  
122 informação do período em que cada pessoa estaria em Brasília, a fim de evitar erros nas passagens a  
123 serem emitidas, bem como para otimizar o fluxo de emissões. A coordenadora-geral estratégica,  
124 Emanuelle Santos Silva, defendeu a importância de comunicação com maior antecedência quanto às  
125 solicitações, bem como que haja uma avaliação sobre ações a serem realizadas e apoiadas, uma vez que  
126 há previsão orçamentária e que essa deve ser seguida. O coordenador-geral executivo, Rafael Menegassi  
127 Taniguchi contextualizou que as solicitações de apoio de entidades externas têm gerado demanda extra  
128 de trabalho e que, nos termos atuais, comprometem a possibilidade de o CFP elaborar sistemas, tais  
129 como o sinalizado como necessário para o controle das providências logísticas, e encerrou defendendo a  
130 importância de um sistema para melhorar os fluxos de trabalho. A conselheira Maria Carolina Roseiro  
131 refletiu que era natural que houvesse um momento em que esses ajustes precisam ser feitos, uma vez  
132 que a gestão ainda está no começo. Relembrou documento que foi elaborado a partir dos setores de TI  
133 de todos os conselhos regionais, e que há boas práticas que podem ser utilizadas como parâmetro,  
134 mencionou um sistema que seria do Paraná ou Rio Grande do Sul. Sustentou que não é preciso esperar a  
135 conclusão do Planejamento Estratégico para efetivar a divisão mais ampla das tarefas entre as  
136 conselheiras do XIX Plenário. A conselheira Obadeyí Carolina Saraiva ponderou que é importante  
137 observar os trabalhos que podem ser desenvolvidos remotamente e salientou a necessidade de  
138 economizar os recursos. A Conselheira Izabel Hazin refletiu sobre as solicitações de apoio que têm  
139 chegado, lembra que há um documento normativo sendo elaborado pelas equipes técnicas, ressaltou  
140 a manutenção da prática de apoio às entidades do FENPB, com a concessão de duas passagens, diárias e  
141 hospedagem, podendo o apoio ser estendido a mais um participante, caso seja conselheira envolvida em  
142 eventual atividade. A coordenadora-geral estratégica, Emanuelle Santos Silva, destacou que, além do  
143 documento normativo, há um levantamento sobre o histórico das solicitações de apoio, esta servirá para  
144 embasar a conclusão do referido documento. Encaminhamentos: A) Aprimorar os formulários de  
145 participação em eventos, de forma a otimizar o preenchimento de dados; B) Avaliar formato de  
146 comunicação entre CFP e conselheiros de modo que não haja duplicidade de informação para eles, e  
147 ainda haja integração de informações entre a SLOG e a empresa de turismo; C) Avaliar o sistema  
148 utilizado pelo CRP 08 para gestão de eventos, apresentado durante o Seminário Nacional de TI, realizado  
149 em 2019; D) Estudar a viabilidade de criação de um GT Interno para redefinir os fluxos de trabalho, entre  
150 setores, por meio da utilização de sistema integrado; E) Agendar um momento para discutir e pensar a  
151 respeito do excesso de trabalho no CFP. Ponto 5. JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM  
152 GRAU DE RECURSO, o presidente Pedro Paulo Gastalho de Bicalho informa que neste momento será feito  
153 o julgamento do processo administrativo em grau de recurso Processo SEI nº 576600020.001438/2022-  
154 61, oriundo do CRP-08, verificado o quórum e lido o rito, foi passada a palavra para a Conselheira vistora  
155 Clarissa Paranhos Guedes. A relatora iniciou sua manifestação justificando a necessidade do pedido de  
156 vistas, este objetivou elucidar pontos no processo que careciam de maiores informações. Ato contínuo,  
157 procedeu à leitura do Relatório Processual Administrativo e, por fim, manifestou seu voto, por conhecer  
158 e negar provimento ao recurso, mantendo a decisão do Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região de

160 indeferir o pedido de cancelamento da inscrição profissional do senhor Bruno Alfieri Messias. Após a  
161 apresentação do voto da conselheira-vistora, a conselheira Alessandra Santos de Almeida, que  
162 anteriormente havia votado para deferir o pedido de cancelamento do registro profissional, retificou o  
163 voto proferido e decidiu acompanhar o voto divergente da Conselheira Clarissa Paranhos Guedes, no  
164 sentido de conhecer e negar provimento ao recurso, mantendo a decisão regional para indeferir o  
165 pedido de cancelamento da inscrição profissional do senhor Bruno Alfieri Messias. Ato contínuo, os  
166 conselheiros foram instados a manifestarem seus votos. Votação concluída. Encaminhamento: Parecer  
167 da Conselheira Relatora aprovado por maioria de votos, para negar provimento ao recurso, mantendo a  
168 decisão do CRP-08 de indeferir o pedido de cancelamento da inscrição profissional do Senhor Bruno  
169 Alfieri Messias. Ponto 6. JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO, o  
170 presidente Pedro Paulo Gastalho de Bicalho informa que neste momento será feito o julgamento do  
171 processo administrativo em grau de recurso no Processo SEI nº 576600020.000155/2023-83, oriundo do  
172 CRP-06, de relatoria da conselheira Clarissa Paranhos Guedes, que apresentou o seu voto para conhecer,  
173 negar e dar provimento ao recurso da profissional, mantendo a decisão do Conselho Regional de  
174 Psicologia da 6ª. Região que indeferiu o registro de especialista pleiteado. Encaminhamentos: Parecer da  
175 Conselheira Relatora aprovado por unanimidade de votos, para negar provimento ao recurso, mantendo  
176 a decisão do CRP-06 de indeferir o pedido de registro pleiteado. Ponto 7. CONVITE À NORMA COSMO  
177 PARA COMPOSIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DO CFP JUNTO AO FNPE, as conselheiras Rosana Mendes Éleres  
178 e Raquel Guzzo apresentaram o ponto, contextualizando a anterior atuação da psicóloga Norma Cosmo,  
179 ex-conselheira do CFP, no âmbito da referida comissão e o seu trabalho relevante. Informam que já  
180 consultaram informalmente a Sra. Norma Cosmo e que esta demonstrou interesse em integrar o FNPE  
181 como convidada. Encaminhamento: Aprovada a participação da Norma Cosmo como representante  
182 convidada do CFP junto ao Fórum Nacional Popular de Educação - FNPE. Ponto 8. ATAS DA 3ª PLENÁRIA  
183 DO XIX PLENÁRIO DO CFP. A conselheira Izabel Hazin apresentou o ponto. Encaminhamentos: Atas  
184 aprovadas por unanimidade. Ponto 9. DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO  
185 EM GRAU DE RECURSO, apresentado o ponto pelo conselheiro presidente, processo SEI nº  
186 571700199.000010/2023-16. Encaminhamento: Designada a Conselheira Alessandra Almeida como  
187 relatora do Processo Administrativo oriundo do CRP 17; recurso para obtenção de título de especialista  
188 em Psicologia do Tráfego nº 571700199.000010/2023-16. Ponto 10. DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA  
189 PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO, apresentado o ponto pelo conselheiro presidente,  
190 processo SEI nº 571700199.000006/2023-40. Encaminhamento: Designada a Conselheira Juliana  
191 Guimarães como relatora do Processo Administrativo oriundo do CRP 17; recurso para obtenção de  
192 título de especialista em Psicologia do Tráfego nº 571700199.000006/2023-40. Ponto 11. DESIGNAÇÃO  
193 DE RELATOR(A) PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO, Processo SEI  
194 nº 570800134.000023/2023-41. Encaminhamento: Designada a Conselheira Clarissa Guedes como  
195 relatora do Processo Administrativo oriundo do CRP 08; recurso contrário à decisão de cancelamento de  
196 inscrição profissional nº 570800134.000023/2023-41. Ponto 12. AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS. O  
197 conselheiro Evandro Peixoto apresentou o ponto, descrevendo pormenorizadamente cada um dos testes  
198 psicológicos e apresentou os pareceres formulados pela Comissão de Avaliação Psicológica - CCAP. Ato  
199 contínuo, o conselheiro Evandro Peixoto passou a responder às dúvidas do Plenário sobre cada um dos  
200 testes. Encaminhamentos: A) Bateria de Escalas de Sintomas Internalizantes Infantojuvenil (Humor-IJ)  
201 - Parecer favorável aprovado por unanimidade. B) Sistema de Avaliação para Seleção Profissional do  
202 Exército Brasileiro - Parecer favorável aprovado por unanimidade. C) Teste de Identificação de Sinais de  
203 Dislexia - Parecer favorável aprovado por unanimidade. 4. Inventário Multifásico da Personalidade de  
204 Minnesota 2 - Forma estruturada - Parecer desfavorável aprovado por unanimidade. D) Teste Rápido de  
205 Inteligência - Parecer favorável aprovado por unanimidade. E) Inventário de Personalidade Luz e Sombra  
206 - Parecer desfavorável aprovado por unanimidade. F) Inventário de Características de Personalidade -  
207 Parecer desfavorável aprovado por unanimidade. G) R-2 Teste Não-Verbal de Inteligência para Crianças -  
208 Evidências de Validade - Parecer não aprova os estudos de evidências de validade para uso na prática  
209 profissional, aprovado por unanimidade. H) Bateria Geral de Funções Mentais 4 - Teste de Memória de  
210 Reconhecimento - Atualização de Normas - Parecer favorável aprovado por unanimidade. I) BFM-1 -  
211 Bateria de Funções Mentais Para Motorista, Testes de Atenção (Versão Atualizada) - Atualização de  
212 Normas - Parecer favorável aprovado por unanimidade. Ponto 13. CONVITE PARA CERIMÔNIA DE  
213 ABERTURA DO MAIO AMARELO 2023, o presidente Pedro Paulo Bicalho passou a palavra à Conselheira  
214 Juliana Guimarães para relatoria do ponto. A referida conselheira informou que considerava importante  
215 a participação do CFP no evento do Maio Amarelo, considerando a alta circulação do mesmo, destacou  
216 que em razão do convite ter chegado muito em cima do prazo, caso alguma conselheira não possa estar

217 presente, sugere que o CFP indique um funcionário, mas que reputava importante que este espaço de  
218 representação institucional pudesse ser efetivamente ocupado. A Conselheira Obadeyí Carolina Saraiva  
219 defendeu que fosse enviado um funcionário do CFP nesta atividade, tendo em vista que esta não poderia  
220 acompanhar. Encaminhamento: O CFP enviará funcionário para representar o CFP. Ponto 14.  
221 POSICIONAMENTO DO CFP SOBRE FALA PRESIDENTE DA REPÚBLICA. O presidente Pedro Paulo Bicalho  
222 relatou o ponto e informou que a categoria tem demandado posicionamento do CFP à fala  
223 anticapacitista do Presidente. Na sequência, convidou a conselheira Obadeyí Carolina Saraiva para ler a  
224 proposta de resposta elaborada pela Gerência de Comunicação do CFP. A resposta mesclava informações  
225 sobre a Conferência Nacional de Saúde, a fala anti capacitista, a conferência livre do CFP e os efetivos  
226 avanços no campo da saúde mental. Na sequência, o presidente destacou a importância de o Plenário  
227 avaliar a proposta e indicar possíveis alternativas para esta demanda. Na oportunidade, o Conselheiro  
228 Gabriel Figueiredo ponderou que a matéria traz pontos importantes sobre as Conferências (conferência  
229 livre e de saúde), anuncia que em parceria com a ex-conselheira do CFP Mariza Helena Alves estão  
230 trabalhando na realização da Conferência Livre, que funcionará como etapa preparatória para a  
231 conferência nacional de saúde. Quanto ao texto, entende que responde adequadamente aos  
232 questionamentos, destaca que a proposta atende à necessidade de tocar no assunto, mas que entende  
233 que não caberia mais nenhum outro tipo de intervenção, como nota de repúdio, por exemplo, em razão  
234 de já ter passado o tempo e já ter havido retratação por parte do presidente da república. Na sequência,  
235 a conselheira Célia Mazza defendeu que seria interessante a realização de ajuste na proposta do texto,  
236 uma vez que há sobreposição de temas, tais como o sofrimento psíquico e a deficiência. A conselheira  
237 Maria Carolina Roseiro aduziu que apesar da proposta ser interessante, a atual demanda é por um  
238 formato que atendesse diretamente aos comentários em redes sociais. Defende, portanto, um texto  
239 mais enxuto, e que para as informações mais minuciosas sobre a conferência fosse produzida postagem  
240 específica. Em relação à fala do presidente Lula, entende que não há necessidade de reatividade, uma  
241 vez que já houve retratação. O conselheiro Roberto Chateaubriand concordou que o tempo para uma  
242 resposta pública já foi excedido e defendeu que o Conselho precisará enfrentar esta questão, pois é  
243 importante responder, uma vez que existem demandas da Ouvidoria que têm sido iniciadas a partir  
244 deste episódio e que alguma resposta precisará ser produzida. Entende que não cabe ao CFP criticar ou  
245 defender o governo, mas sim escrever algo que possa responder às demandas que possuem prazo para  
246 atendimento. A conselheira Maria Carolina Roseiro ressaltou que o texto proposto chama a atenção para  
247 a conferência livre e que isso pode ter efeito negativo. O conselheiro Rodrigo Acioli avalia que o texto  
248 proposto, ao mesmo tempo que responde, não responde diretamente à questão central. Na  
249 oportunidade, indica que, embora o presidente já tenha se retratado, este posicionamento abriu espaço  
250 para a realização do debate sobre o anti capacitismo. O conselheiro Gabriel Henrique destaca a  
251 necessidade de resposta mais efetiva. Ponderou que as pessoas que têm cobrado posicionamento do  
252 CFP, entende que as notas de repúdio não produzem incidência política, e que não deveria ser adotado  
253 este formato, mas sim adotar-se uma maior audácia na condução desta situação e sugeriu, por exemplo,  
254 uma articulação com a casa civil para tratar e pautar a questão da saúde mental e do anti capacitismo. O  
255 conselheiro Jefferson indagou sobre o formato e estilo de linguagem utilizado, que o texto precisaria ser  
256 mais enxuto e refletir o posicionamento do Conselho, bem como se faz necessário refletir sobre os  
257 possíveis efeitos da publicação, a quem será endereçada, destina-se às pessoas que enviaram  
258 mensagens à ouvidoria? Se sim, considera que a proposta está adequada, mas que é importante pensar  
259 nas pessoas que têm cobrado posicionamento e levar em consideração que existem múltiplos perfis de  
260 pessoas por trás dessas críticas e cobranças. O conselheiro presidente, em concordância com os  
261 conselheiros que o antecederam, sugere que a estratégia de incidência política, em substituição à nota  
262 de repúdio, tende a ter uma efetividade maior. A conselheira Izabel Hazin sustenta a importância de  
263 tratar deste tema com muito cuidado e que a resposta deve ser propositiva. A conselheira Clarissa  
264 Guedes defende a estratégia de elaboração de carta aberta direcionada ao presidente da República, esta  
265 deve resgatar os avanços das políticas públicas no campo da saúde mental. Lembra que a Plenária  
266 somente se reuniu agora, e que por oportunidade do 18 de maio seria essencial pensar ações específicas  
267 que tratem do anti capacitismo e da luta antimanicomial. Entende que a matéria não responde  
268 adequadamente ao que tem sido questionado, que pode ter repercussão negativa e, portanto, é  
269 importante uma resposta mais direta. A conselheira Maria Carolina Roseiro defendeu que seria  
270 importante definir o endereçamento da carta, e que entende não ser necessário fazer nota de repúdio  
271 de todas as coisas que acontecem. A Conselheira Izabel Hazin voltou a defender que fosse produzido  
272 material mais leve, mas que as outras sugestões encaminhadas pudessem ser juntadas e consolidadas  
273 em um único arquivo, acompanhado de link, acredita que seria suficiente. O Conselheiro Jefferson

274 Bernardes defendeu o modelo da carta e sugeriu a abertura de diálogo com as entidades, e o próprio  
275 presidente, para debate sobre o tema. A gerente de comunicação, Marília Mundim avalia que é possível  
276 produzir material que seja leve e que dialogue com as ações que foram desenvolvidas e avançadas no  
277 âmbito do Sistema Conselhos. Rafael Taniguchi aduz que na carta deve constar a informação de que a  
278 casa civil será oficiada e constar as informações sobre as ações que serão desenvolvidas.  
279 Encaminhamento: A) Rever a nota, transformando em Carta, de forma a reforçar a incidência política  
280 que tem sido realizada pelo CFP, respondendo desta forma aos comentários da categoria acerca da fala  
281 anti capacitista do Presidente; B) Auxiliarão a GCOM na produção desta carta, as conselheiras Raquel  
282 Guzzo e Carolina Roseiro; C) Enviar a Carta à Casa Civil, notificando sobre as ações do CFP e reiterando o  
283 posicionamento anti capacitista; D) Elaborar conteúdo para as redes sociais, para resposta ágil a este  
284 público, quanto à incidência política do CFP em relação ao tema; E) Pensar em nova estratégia para as  
285 comunicações do CFP, diferindo do formato de nota de repúdio, com destaque para a incidência política  
286 do CFP; F) Pensar em ação para o dia 18 de maio que reforce o posicionamento do CFP em relação à luta  
287 antimanicomial e o anti capacitismo. Ponto 15. DEMANDAS DA OUVIDORIA - FALAS DO PRESIDENTE  
288 LULA A RESPEITO DE PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS. A discussão do ponto anterior foi  
289 aproveitada para este ponto, uma vez que se trata de temáticas similares. Encaminhamento: A Ouvidoria  
290 deverá informar aos demandantes que o Plenário se reuniu hoje, e que em breve publicará seu  
291 posicionamento. A reunião plenária foi encerrada às dezenove horas. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel  
292 Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por todas as presentes nomeadas.  
293

294  
295  
296 *Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é*  
297 *composta por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem*  
298 *palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.*



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 11/10/2023, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 16/10/2023, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 16/10/2023, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira(o)**, em 16/10/2023, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 16/10/2023, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 16/10/2023, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Francisco de Oliveira, Conselheira Vice-Presidenta**, em 16/10/2023, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 16/10/2023, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 16/10/2023, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 16/10/2023, às 19:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 17/10/2023, às 05:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 17/10/2023, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Rodrigues Fonseca, Conselheira(o) Suplente**, em 18/10/2023, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 19/10/2023, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o) Suplente**, em 20/10/2023, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Morais Peixoto, Conselheira(o) Suplente**, em 20/10/2023, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 23/10/2023, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 23/10/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1225128** e o código CRC **730C7EA5**.